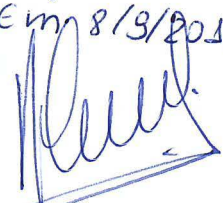


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 727/16

REQUERIMENTO DESTAQUE Nº 677/2016

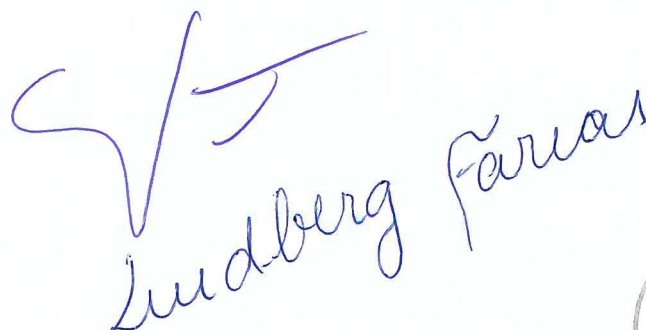
Rejeitado
Em 8/9/2016


Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 312, II, do Regimento do Senado Federal , destaque para votação em separado ao texto do dispositivo da EMENDA Nº 008 de autoria do Senador Walter Pinheiro, em seu artigo 18 da Medida Provisória (artigo 17 do PLV), que inclui o dever dos órgãos do executivo, atuar, em conjunto e com eficiência, e de forma uniforme, econômica **e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento**, em todos os processos e atos administrativos necessários à estruturação, liberação e execução dos projetos do PPI, de modo a evitar prejuízos na qualidade e eficiência dos procedimentos de risco ambiental.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar da sua aparente orientação “eficientizadora” e desburocratizante, com o fim de agilizar os processos de contratação, licenciamento e regulação de empreendimentos, não se pode em nenhuma hipótese insinuar, por meio de tal comando, que os órgãos e entidades possam ignorar os princípios da Constituição e as normas de proteção ambiental, e outras de preservação do interesse coletivo. PRIORIZAR A OBTENÇÃO de licenciamento ambiental para obras consideradas estratégicas, como rodovias, hidrovias, portos, ferrovias, aeroportos e empreendimentos de telecomunicação e energia, põe em risco O RIGOR DO EXAME DE PROJETOS DE GRANDE POTENCIAL DE RISCO AMBIENTAL, COMO AS BARRAGENS DE MARIANA, POR EXEMPLO. Assim, para que não parem dúvidas, apresentamos a presente emenda, com conteúdo acautelatório desses princípios.


Luizberg Farias



SF/16868.43498-19

Página: 1/1 08/09/2016 17:15:47

fbf2b7bbfee5e736b1c0859757f6e2a38aed152d